

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Demonstrações contábeis regulatórias auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Administradores e Acionistas da
Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Veredas Transmissora de Eletricidade S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 3.1 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Ênfase - Reapresentação das demonstrações contábeis

Chamamos atenção à nota explicativa nº 6 às demonstrações contábeis, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir a retificação da movimentação de empréstimos e financiamentos descrita na referida nota explicativa e seus respectivos reflexos na demonstração dos fluxos de caixa (DFC) do exercício corrente. Em 6 de maio de 2022, emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações contábeis da Companhia, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, que ora estão sendo reapresentadas. Nossa opinião continua sendo sem qualquer modificação, uma vez que as respectivas demonstrações financeiras foram ajustadas.

Outros assuntos

A Companhia elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 14 de abril de 2022.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

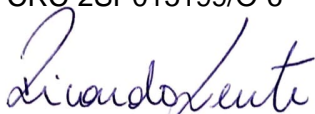
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de junho de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Ricardo Gomes Leite
Contador CRC-1RJ107146/O-1

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	30.178	27.212
Contas bancárias vinculadas	7.1	12.020	-
Concessionárias e permissionárias	8	22.287	-
Impostos a recuperar		4.033	3.029
Outros créditos		216	171
		68.734	30.412
Não circulante			
Aplicação financeira vinculada	7.2	18.117	-
Ativo fiscal diferido	9	18.644	18.423
Imobilizado	10	894.811	896.475
Intangível	10	3.562	3.586
		935.134	918.484
Total do ativo		1.003.868	948.896
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	11	1.456	137
Empréstimos e financiamentos	13	31.851	8.191
Obrigações fiscais		1.977	284
Partes relacionadas	12	619	82.128
Dividendos a pagar	14	14.495	-
Taxas regulamentares		745	-
Provisões	11	305	1.845
		51.448	92.585
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	799.593	687.521
		799.593	687.521
Patrimônio Líquido			
Capital social	14	172.750	153.001
Reserva de lucros		394.615	367.828
Prejuízos acumulados		(414.538)	(352.039)
		152.827	168.790
Total do passivo e patrimônio líquido		1.003.868	948.896

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	15	129.118	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis		129.118	-
Custos gerenciáveis parcela "B"	16		
Pessoal		(38)	(209)
Material		(173)	(6)
Serviços de terceiros		(9.878)	(242)
Aluguéis		(12)	(34)
Outras despesas		(252)	(42)
Despesas com depreciação		(20.944)	-
		(31.297)	(533)
Resultado da atividade de concessão		97.821	(533)
Resultado financeiro	17		
Receitas financeiras		1.734	-
Despesas financeiras		(100.951)	-
		(99.217)	-
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(1.396)	(533)
Imposto de renda e contribuição social corrente	18	(293)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	221	9.492
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		(1.468)	8.959

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro (prejuízo) do exercício	(1.468)	8.959
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(1.468)</u>	<u>8.959</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucro a realizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	14	133.001	10.978	228.728	(232.876)	139.831
Integralização de capital		20.000	-	-	-	20.000
Prejuízo do exercício		-	-	-	8.959	8.959
Destinação de lucros à		-	-	-	-	-
Reserva legal		-	6.406	-	(6.406)	-
Reserva de lucros a realizar		-	-	121.716	(121.716)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	14	153.001	17.384	350.444	(352.039)	168.790
Integralização de capital		19.749	-	(19.749)	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	(1.468)	(1.468)
Destinação de lucros à		-	-	-	-	-
Reserva legal		-	3.052	-	(3.052)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(14.495)	(14.495)
Reserva de lucros a realizar		-	-	43.484	(43.484)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	14	172.750	20.436	374.179	(414.538)	152.827

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
	(reapresentado)	
Atividades operacionais		
Lucro antes o imposto e renda e contribuição social	(1.396)	(533)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	20.944	-
Baixa de ativo imobilizado e intangível	673	36.249
Juros apropriados sobre dívidas financeiras	116.290	28.906
Amortização dos custos de transação	820	1.780
Provisões	(1.540)	(8.278)
	135.791	58.124
Variações nos ativos e passivos:		
Partes relacionadas	(81.509)	(42.926)
Aumento Clientes	(22.287)	-
Adiantamentos diversos	-	92
Tributos a recuperar	(1.004)	(355)
Despesas antecipadas	(45)	-
Fornecedores	1.319	(7.273)
Taxas regulamentares	745	-
Obrigações fiscais	1.562	(2.229)
	(101.219)	(52.691)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(161)	-
Fluxo de caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	34.411	5.433
Atividades de investimentos		
Aquisições de bens do imobilizado	(19.902)	(199.961)
Aquisições de intangível	(28)	(378)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	(19.930)	(200.339)
Atividades de financiamentos		
Aumento de capital	-	20.000
Captação de empréstimos e financiamentos	41.000	126.192
Contas bancárias vinculadas	(12.020)	-
Aplicação financeira vinculada	(18.117)	-
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	(10.249)	-
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	(12.129)	-
Custos de transação na captação de empréstimos e financiamentos	-	(3.852)
Fluxo de caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades de financiamentos	(11.515)	142.340
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	2.966	(52.566)
Caixa e equivalente caixa no fim do exercício	30.178	27.212
Caixa e equivalente caixa no início do exercício	27.212	79.778
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	2.966	(52.566)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Veredas Transmissora de Eletricidade S.A. (“Companhia ou Transmissora”), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 2 de dezembro de 2015 e está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1703 - Centro - 20.030-021 - Rio de Janeiro - RJ.

A Companhia tem por objeto social a exploração, construção, implantação, operação e manutenção do serviço público de transmissão de energia elétrica na rede básica do Sistema Elétrico Integrado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Através do Despacho 2.902, de 17 de setembro de 2021, ficou consignado a aprovação de pedido de anuência prévia de transferência de controle societário da Cymi Construções e Participações S.A. para Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

Com isso, em 24 de dezembro de 2021, ocorreu a efetiva transferência de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social (“Ações da Requerente”) da Cymi Construções e Participações S.A. para Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, conforme livro de transferência de ações arquivados na Companhia sendo celebrado nesta mesma data o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, (Share Purchase and Sale Agreement and Other Covenants - “SPA” ou “Contrato”) dentro de outros documentos.

1.1. Da concessão

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 17/2017 - ANEEL, datado de 10 de fevereiro 2017, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- LT 500 kV Rio das Éguas - Arinos 2 C1- 230 km;
- LT 500 kV Arinos 2 - Pirapora 2 C1 - 221 km;
- SE 2.500 kv Arinos.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Da concessão--Continuação

Em 3 de março de 2021 o projeto foi 100% energizado e disponibilizado para operação comercial, sendo obtido seus respectivos TLDs (Termos de Liberação Definitivos) em 9 de março de 2021 retroativos à data de sua disponibilização à operação comercial (3 de março de 2021).

Os montantes que serão faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:

- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.
- Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D) - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida.
- Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) - O FNDCT foi criado com o objetivo de apoiar financeiramente programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico nacionais, tendo como fonte de receita os incentivos fiscais, empréstimos de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.
- Ministério de Minas e Energia (MME) - Recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.

A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 643/2014, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Da concessão--Continuação

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora.

A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

1.2. Impactos do Covid-19

Desde o início da pandemia e até o momento a Companhia tem adotado medidas de monitoramento e prevenção para seus colaboradores e comunidades que atua, visando a continuidade operacional de suas linhas de transmissão, observando as recomendações das autoridades sanitárias.

A partir de outubro de 2021 os(as) colaboradores(as) do Escritório Corporativo iniciaram a retomada ao trabalho presencial na modalidade Híbrido, seguindo os protocolos de cuidados e prevenção à COVID-19, de acordo com o plano das atividades presenciais, suas principais orientações são: revezamento de colaboradores(as) em regime de escala, sendo três dias presenciais e dois em *home office* (trabalho remoto); uso obrigatório de máscaras; distanciamento nas estações de trabalho e demais ambientes (copas, banheiros) e restrições de utilização de salas de reunião enquanto perdurar o alerta contra o COVID-19.

A Companhia apresenta receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios do segmento, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência da COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2021, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação ou alteração nas premissas contábeis utilizadas nas estimativas efetuadas pela Companhia.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

2. Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias para fins de atendimento ao órgão regulador, ANEEL, foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias são separadas das demonstrações financeiras societárias da Companhia.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

3.1. Declaração de conformidade--Continuação

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações regulatórias, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação diferentes em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas diferenças estão sumariadas na nota explicativa nº 19.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 21 de junho de 2022.

3.2. Licenças ambientais

O empreendimento, construído e operado pela Veredas Transmissora de Eletricidade S.A., possui um único processo licenciado na esfera federal, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Percorre os Estados da Bahia, Goiás e Minas Gerais e consta nas seguintes partes: Linha de Transmissão, em 500 kV, Rio das Éguas - Arinos 2 - Pirapora 2 e Subestações Associadas. Essa LT possui 435,30km de extensão e está intercepta 14 (quatorze) municípios.

- Em 05/08/2020, foi emitida a Licença de Operação (LO) nº 1586/2020

3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

3.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação destas demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração da Companhia utilize julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

3.5. Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais e instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 19.

4. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou de forma consistente as políticas contábeis descritas abaixo nos exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis regulatórias.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

4.1. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

4.2. Receita e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

4.3. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários classificados a valor justo por meio do resultado.

ii) Ativo financeiro ao custo amortizado

Em 31 de dezembro de 2021 os ativos financeiros da Companhia classificados nesta categoria, compreendiam a conta concessionárias e permissionárias e é mensurado pelo custo amortizado usando o método de juros efetivo, conforme CPC 38 / IAS 39.46 (a).

4.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, normalmente com vencimentos originais de até três meses da data de contratação. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos.

4.5. Concessionárias e permissionárias

Referem-se aos créditos faturados aos agentes do setor conforme determinações do Operador Nacional do Sistema por meio dos Avisos de Créditos (AVCs) mensais. Parcela destes créditos é reconhecida como redução do ativo financeiro da Companhia, oriundo dos serviços de disponibilização da infraestrutura prestados e a parcela remanescente, referente aos serviços de operação e manutenção, é reconhecida no resultado do exercício pela prestação destes serviços.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

4.6. Tributação e encargos regulatórios

A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Programa de Integração Social - PIS, respectivamente às alíquotas de 7,60% e 1,65%;
- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL.
- As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o dispositivo no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 9.991/00 e Resolução Normativa Aneel nº 504/12.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

4.7. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") são provisionados mensalmente obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. A Companhia adota o regime de lucro real estimativa mensal. O IRPJ e CSLL do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos determinadas ou substantivamente determinadas na data de apresentação das demonstrações contábeis regulatórias e correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis regulatórias.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

4.7. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Benefício fiscal - Lucro da exploração

Devido ao fato de sua linha de transmissão e conseqüentemente operação estar situada na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, a Companhia possui incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre a receita de transmissão de energia, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de lucros no patrimônio líquido.

Em virtude do benefício concedido, a Companhia possui algumas obrigações dentre as quais destacamos: (i) cumprir a legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente; (ii) aplicação do valor da redução do IRPJ em atividade diretamente ligada à operação na área de atuação da SUDENE; (iii) constituição de reserva de lucros com o valor resultante da redução, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social; (iv) proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis; e (v) apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente ao exercício, observadas as normas em vigor sobre a matéria.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

4.8. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no curso normal do ciclo operacional da Companhia;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa e equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstrativo dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como não circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Companhia;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção de contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos como não circulantes.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

4.9. Distribuição de lucros

A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou ainda quando previsto em Lei.

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

4.9. Distribuição de lucros--Continuação

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos.

Adicionalmente, de acordo com o estatuto social da Companhia, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados auditados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Imposto de renda sobre os dividendos

Os dividendos pagos e recebidos entre pessoas físicas e jurídicas residentes ou não no Brasil são isentos de imposto de renda.

4.10. Imobilizado

i) Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador. Os quais, na avaliação da Companhia, se aproximam da vida útil dos bens.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência do contrato operado pela Companhia. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

4.10. Imobilizado--Continuação

ii) Imobilizado em curso

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros líquidos dos rendimentos sobre aplicações financeiras, as variações monetárias, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

iii) Redução ao valor recuperável ("impairment")

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se há indicação de que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que possa ser estimado de maneira confiável. A indicação de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Veredas sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo pode se caracterizar como um indicativo de perda por redução ao valor recuperável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas em nenhum dos períodos apresentados.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

4.11. Intangível

Registrado ao custo de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

4.12. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento

O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requerem a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

4.12. Mensuração do valor justo--Continuação

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

4.13. Demonstração de Fluxo de Caixa (“DFC”)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A Companhia classifica os juros pagos e os dividendos recebidos como atividade de investimento por entender que os juros representam custos para obtenção de seus recursos financeiros e os dividendos representam retorno de seus investimentos.

5. Normas emitidas e interpretações

5.1. Novas normas e interpretações

Normas emitidas e vigentes

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

5. Normas emitidas e interpretações--Continuação

5.1. Novas normas e interpretações--Continuação

Normas emitidas e vigentes--Continuação

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência--Continuação

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.
- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de *hedge* seja descontinuado.
- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como *hedge* de um componente de risco.

Essas alterações não impactaram as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia. A companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis. A Companhia avaliou os pronunciamentos supramencionados e não identificou impactos relevantes nas demonstrações contábeis regulatórias.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

5. Normas emitidas e interpretações--Continuação

5.1. Novas normas e interpretações--Continuação

Normas emitidas e vigentes--Continuação

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021--Continuação

Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, a norma não se aplica à Companhia por não existirem contratos de arrendamento vigentes no ano de 2021.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

5. Normas emitidas e interpretações--Continuação

5.1. Novas normas e interpretações--Continuação

Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis--Continuação

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de Políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

6. Reapresentação

6.1. Reapresentação da segregação da movimentação de empréstimos

As demonstrações contábeis regulatórias foram reapresentadas, para segregação da amortização do empréstimo. A Administração da Companhia, com objetivo de aprimoramento do conjunto de suas demonstrações contábeis regulatórias, adequou a apresentação nas rubricas dos quadros apresentados abaixo, proporcionando a melhoria na qualidade e comparabilidade das informações contábeis no exercício de 2021, e estão sendo reapresentados em conformidade com o CPC 23 (IAS 8).

Abaixo os quadros descritivos da reapresentação dos valores 2021.

a) Demonstração do fluxo de caixa

	31/12/2021 (originalmente apresentado)	Ajuste	31/12/2021 (reapresentado)
Atividades operacionais			
Lucro antes o imposto e renda e contribuição social	(1.396)	-	(1.396)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	20.944	-	20.944
Baixa de ativo imobilizado e intangível	673	-	673
Juros apropriados sobre dívidas financeiras	99.024	17.266	116.290
Amortização dos custos de transação	820	-	820
Provisões	(1.540)	-	(1.540)
	118.525	17.266	135.791
Variações nos ativos e passivos:			
Partes relacionadas	(81.509)	-	(81.509)
Aumento Clientes	(22.287)	-	(22.287)
Adiantamentos diversos	-	-	-
Tributos a recuperar	(1.004)	-	(1.004)
Despesas antecipadas	(45)	-	(45)
Fornecedores	1.319	-	1.319
Taxas regulamentares	745	-	745
Obrigações fiscais	1.401	161	1.562
	(101.380)	161	(101.219)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(161)	(161)
Fluxo de caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	17.145	17.266	34.411
Atividades de investimentos			
Aquisições de bens do imobilizado	(19.902)	-	(19.902)
Aquisições de intangível	(28)	-	(28)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	(19.930)	-	(19.930)
Atividades de financiamentos			
Aumento de capital	-	-	-
Captação de empréstimos e financiamentos	35.888	5.112	41.000
Contas bancárias vinculadas	(12.020)	-	(12.020)
Aplicação financeira vinculada	(18.117)	-	(18.117)
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	-	(10.249)	(10.249)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	-	(12.129)	(12.129)
Fluxo de caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades de financiamentos	5.751	(17.266)	(11.515)
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	2.966	-	2.966
Caixa e equivalente caixa no fim do exercício	30.178	-	30.178
Caixa e equivalente caixa no início do exercício	27.212	-	27.212
Varição do saldo de caixa e equivalentes de caixa	2.966	-	2.966

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

6. Reapresentação--Continuação

6.1. Reapresentação da segregação da movimentação de empréstimos--Continuação

b) Movimentação de empréstimo

31/12/2021 (originalmente apresentado)

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2020	Adições	Juros	Custo de transação a amortizar	Amortização de principal	Amortização de juros	Saldo em 31/12/2021
BNDES Subcrédito A	347.856	17.944	49.512	410	-	-	415.722
BNDES Subcrédito B	347.856	17.944	49.512	410	-	-	415.722
Total	695.712	35.888	99.024	820	-	-	831.444

31/12/2021 (reapresentado)

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2020	Adições	Juros	Custo de transação a amortizar	Amortização de principal	Amortização de juros	Saldo em 31/12/2021
BNDES Subcrédito A	347.856	20.500	58.106	410	(6.406)	(6.057)	414.409
BNDES Subcrédito B	347.856	20.500	58.184	410	(3.843)	(6.072)	417.035
Total	695.712	41.000	116.290	820	(10.249)	(12.129)	831.444

7. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	1	1
Bancos	13	137
Aplicações financeiras (a)	30.164	27.074
	30.178	27.212

(a) As aplicações estão representadas por fundos de investimento de renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir principalmente à variação de 75% a 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo.

7.1. Contas bancárias vinculadas

Refere-se a conta vinculada ao financiamento. A receita da companhia é recebida na conta vinculada e posteriormente movimentada pelo banco mandatário, conforme regra contratual.

	31/12/2021	31/12/2020
Banco Bradesco	12.020	-
	12.020	-

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

7. Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

7.2. Aplicação financeira vinculada

Refere-se à conta reserva constituída, de acordo com o contrato de dívida firmado junto ao BNDES e devem ser mantidas até a amortização das dívidas.

			<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Aplicação financeira vinculada			<u>18.117</u>	-
			<u>18.117</u>	-

<u>Instituição financeira</u>	<u>Tipo de aplicação</u>	<u>Remuneração</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Bradesco Fundos	Fundos	89% Fundos	<u>16.979</u>	-
Bradesco CDB	CDB	101,0% CDI	<u>1.138</u>	-
			<u>18.117</u>	-

8. Concessionárias e permissionárias

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Títulos a vencer	<u>22.211</u>	-
Títulos vencidos em até 90 dias	<u>12</u>	-
Títulos vencidos há mais de 90 dias	<u>64</u>	-
	<u>22.287</u>	-

A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores de seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar a ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária. A Companhia só entrou em operação comercial em março de 2021.

9. Ativo fiscal diferido

A Companhia avalia que não há riscos de não recuperação dos saldos constituídos a título de imposto de renda e contribuição social diferidos, conforme estimativas existentes de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima recuperar os ativos fiscais diferidos existentes em um período de aproximadamente 6 anos:

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

9. Ativo fiscal diferido--Continuação

	31/12/2021	Movimentação	Total 31/12/2020	Movimentação	Total 31/12/2019
Ativo/passivo					
Prejuízo fiscal/Base negativa	18.644	221	18.423	9.492	8.931
Total não circulante	18.644	221	18.423	9.492	8.931
Detalhamento do não circulante	31/12/2021	31/12/2020			
Ativo	18.644	18.423			
Passivo	-	-			
Total ativo/passivo diferidos	18.644	18.423			

A Companhia avalia que não há riscos de não recuperação dos saldos constituídos a título de imposto de renda e contribuição social diferidos, conforme estimativas existentes de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima recuperar os ativos fiscais diferidos existentes em um período de aproximadamente 6 anos.

Períodos	31/12/2021
2022	3.004
2023	3.581
2024	3.634
2025	3.781
2026	3.919
2027	725
Total	18.644

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

10. Imobilizado e intangível

A composição do imobilizado é como segue:

Imobilizado - R\$ mil	Valor bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B (*)	Transf. (C)	Valor bruto em 31/12/2021	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2021	Valor líquido em 31/12/2020
Ativo Imobilizado em Serviço									
Transmissão	-	-	-	4.165	4.165	4.165	-	4.165	-
Terrenos	-	-	-	103.392	103.392	103.392	(2.638)	100.754	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	808.187	808.187	808.187	(18.306)	789.881	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	915.744	915.744	915.744	(20.944)	894.800	-
Ativo Imobilizado em Curso									
Transmissão									
Terrenos/desapropriações	4.143	21	-	(4.164)	-	(4.143)	-	-	4.143
A Ratear									
Pessoal	673	42	-	(715)	-	(673)	-	-	673
Materiais	249.464	259	(621)	(249.476)	(374)	(249.838)	-	(374)	249.464
Serviços	531.736	332	-	(531.695)	373	(531.363)	-	373	531.737
Outros	25.181	27	-	(25.196)	12	(25.169)	-	12	25.181
Resultado financeiro	84.882	19.194	-	(104.076)	-	(84.882)	-	-	84.882
Adiantamento a fornecedores	396	26	-	(422)	-	(396)	-	-	395
Material em depósito	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração									
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	896.475	19.901	(621)	(915.744)	11	(896.464)	-	11	896.475
Total do ativo imobilizado	896.475	19.901	(621)	-	915.755	19.280	(20.944)	894.811	896.475

(*) A baixa é referente a reversão de adição de anos anteriores e não apresentou efeito caixa.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

10. Imobilizado e intangível--Continuação

Imobilizado - R\$ mil	Valor bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor bruto em 31/12/2020	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2020	Valor líquido em 31/12/2019
Ativo Imobilizado em Serviço									
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo Imobilizado em Curso									
Transmissão									
Terrenos/desapropriações	4.052	91	-	-	4.143	91	-	4.143	4.052
A Ratear									
Pessoal	434	239	-	-	673	239	-	673	434
Materiais	237.517	11.947	-	-	249.464	11.947	-	249.464	237.517
Serviços	411.947	119.789	-	-	531.736	119.789	-	531.736	411.947
Outros	17.103	8.078	-	-	25.181	8.078	-	25.181	17.103
Resultado financeiro	28.893	55.989	-	-	84.882	55.989	-	84.882	28.893
Adiantamento a fornecedores	32.818	3.827	(36.249)	-	396	(32.422)	-	396	32.818
Material em depósito	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração									
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	732.764	199.960	(36.249)	-	896.475	163.711	-	896.475	732.764
Total do ativo imobilizado	732.764	199.960	(36.249)	-	896.475	163.711	-	896.475	732.764

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

10. Imobilizado e intangível--Continuação

Composição depreciação

	Taxas Anuais Médias de Depreciação	2021		
		Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço				
Transmissão				
Custo Histórico	3,68%	915.744	(20.944)	894.800
		915.744	(20.944)	894.800
Em Curso				
Transmissão				
Custo Histórico	N/a	11	-	11
Administração				
Custo histórico	N/a	-	-	-
		11	-	11
2020				
	Taxas Anuais Médias de Depreciação	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço				
Transmissão				
Custo Histórico	0,00%	-	-	-
		-	-	-
Em Curso				
Transmissão				
Custo Histórico	0,00%	-	-	-
Administração				
Custo histórico	0,00%	-	-	-
		-	-	-

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Banco de Capacitores	5,88
Barramento	2,5
Condutor	2,7
Disjuntor	3,03
Estrutura (Poste, Torre)	2,7
Transformador	3,3

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

10. Imobilizado e intangível--Continuação

A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ mil	Valor bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor bruto em 31/12/2021	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização acum.	Valor líquido em 31/12/2021	Valor líquido em 31/12/2020
Ativo Intangível em Serviço Servidões	-	-	-	546	546	546	-	546	-
Subtotal	-	-	-	546	546	546	-	546	-
Ativo Intangível em Curso									
Depósitos judiciais	3.586	28	(52)	(546)	3.016	(570)	-	3.016	3.586
Subtotal	3.586	28	(52)	(546)	3.016	(570)	-	3.016	3.586
Total do intangível	3.586	28	(52)	-	3.562	(24)	-	3.562	3.586

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

10. Imobilizado e intangível--Continuação

Intangível - R\$ mil	Valor bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor bruto em 31/12/2020	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização acum.	Valor líquido em 31/12/2020	Valor líquido em 31/12/2019
Ativo Intangível em Serviço Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo Intangível em Curso Depósitos judiciais	3.208	378	-	-	3.586	378	-	3.586	-
Subtotal	3.208	378	-	-	3.586	378	-	3.586	-
Total do intangível	3.208	378	-	-	3.586	378	-	3.586	-

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

11. Fornecedores

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Materiais	-	5
Serviços	1.456	132
Provisões (i)	305	1.845
	<u>1.761</u>	<u>1.982</u>

- (i) A composição desta rubrica refere-se basicamente a provisão de serviços de construções e montagem e compra de disjuntores, transformadores e seccionadores, adicionalmente a companhia faz desapropriações para passagens das linhas de transmissão e servidões em geral, conjunto de ações necessárias para início e manutenção das operações comerciais.

12. Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas as suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1) - Divulgações sobre partes relacionadas. As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

<u>Transações</u>	<u>Passivo</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Cymi Construções e Participações (i)	-	60.873
Cymi do Brasil (i)	-	20.405
Cymitech Soluções e Sistemas (ii)	133	850
Cymi O&M Ltda (iii)	486	-
Total passivo	<u>619</u>	<u>82.128</u>

<u>Transações</u>	<u>Resultado</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Cymi O&M Ltda (iii) (a)	3.728	-
Cymi O&M Ltda (iii) (b)	4.405	-
Total resultado	<u>8.133</u>	<u>-</u>

- (i) Saldo referia-se ao contrato de gerenciamento EPC (*Engineering, procurement and construction*) em sistema de *turn key* celebrado entre a Companhia e a Cymi Construções e Participações e Cymi do Brasil, com a troca de controle as transações foram integralmente liquidadas.
- (ii) Referia-se a CymiTech, empresa do grupo integradora de equipamentos de proteção, controle e telecomunicações e desenvolvimento de aplicações e soluções de engenharia, com a troca de controle as transações foram integralmente liquidadas.
- (iii) Refere-se ao saldo a pagar à Cymi O&M Ltda, empresa do grupo responsável pelos serviços segregados entre:
- (a) Saldo refere-se aos serviços de operação e manutenção para as instalações da Companhia.
- (b) Saldo refere-se aos serviços e funções de gestão e administração das instalações da Companhia.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

13. Empréstimos e financiamentos

a) Composição

Instituições financeiras	Moeda	Vencimento	Taxas de juros contratual % a.a	31/12/2021	31/12/2020
BNDES Subcrédito A	BRL	15/06/2043	1,92% + IPCA TLP	414.409	347.856
BNDES Subcrédito B	BRL	15/06/2043	1,92% + IPCA TLP	417.035	347.856
Total de empréstimos e financiamentos				831.444	695.712
Circulante				31.851	8.191
Não circulante				799.593	687.521

b) Movimentação em 2021 (reapresentado)

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2020	Adições	Juros	Custo de transação a amortizar	Amortização de principal	Amortização de juros	Saldo em 31/12/2021
BNDES Subcrédito A	347.856	20.500	58.106	410	(6.406)	(6.057)	414.409
BNDES Subcrédito B	347.856	20.500	58.184	410	(3.843)	(6.072)	417.035
Total	695.712	41.000	116.290	820	(10.249)	(12.129)	831.444

c) Movimentação em 2020

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2019	Adições	Juros	Custo de transação a amortizar(*)	Amortização de principal	Amortização de juros	Saldo em 31/12/2020
BNDES Subcrédito A	271.343	63.096	14.453	(1.036)	-	-	347.856
BNDES Subcrédito B	271.343	63.096	14.453	(1.036)	-	-	347.856
Total	542.686	126.192	28.906	(2.072)	-	-	695.712

(*) O total de 1.780 refere-se aos custos de transação amortizados no ano. E o total de (3.852) refere-se ao custo de captação das liberações do ano.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

c) Movimentação em 2020--Continuação

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

Com o objetivo de liquidar todos os empréstimos pontes iniciais associados com a implementação do projeto Veredas, em 11 de julho de 2019 a Companhia celebrou junto ao BNDES contrato de financiamento de longo prazo com taxas mais estáveis, portanto tocando o perfil de endividamento de exigibilidades circulantes para não-circulante. Em 23/08/2019 , tivemos a liberação dos subcréditos A e B, no valor de R\$400.000, em 14/11/2019 tivemos a liberação dos subcréditos A2 e B2, no valor de R\$50.000, e em 23/12/2019 tivemos a liberação dos subcréditos A3 e B3 , no valor de R\$100.000, cada um. O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas “*covenants*” financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência. contudo não aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 em função da fase de maturação dos projetos, sendo exigíveis apenas a partir dos próximos exercícios.

No dia 16 de março de 2021, a Companhia recebeu o desembolso dos subcreditos A4 e B4 no limite de R\$17.944 cada um.

Os vencimentos das parcelas do circulante e não circulantes são os seguintes:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
2021	-	8.191
2022	31.851	24.933
2023	32.399	-
2024	32.971	-
Após 2024	752.079	681.266
Total BNDES	849.300	714.390
(-) Custo de transação a amortizar	(17.856)	(18.678)
Total das obrigações	831.444	695.712

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

Através do Despacho 2.902, de 17 de setembro de 2021, ficou consignado a aprovação de pedido de anuência prévia de transferência de controle societário da Cymi Construções e Participações S.A. para Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

Com isso, em 24 de dezembro de 2021, ocorreu a efetiva transferência de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social (“Ações da Requerente”) da Cymi Construções e Participações S.A. para Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, conforme livro de transferência de ações arquivados na Companhia sendo celebrado nesta mesma data o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, (Share Purchase and Sale Agreement and Other Covenants - “SPA” ou “Contrato”) dentro de outros documentos.

Em 1 de março de 2021, foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, aumento de capital no montante de R\$16.200 mediante utilização de suas reservas de lucros, passando sua totalidade de capital de R\$153.001 para R\$169.201, com emissão de 16.200 mil ações ordinárias nominativas, com preço de emissão de R\$1 (um real) cada.

Em 20 de outubro de 2021, foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, aumento de capital no montante de R\$3.549 mediante utilização de suas reservas de lucros, passando sua totalidade de capital de R\$169.201 para R\$172.750, com emissão de 3.549 mil ações ordinárias nominativas, com preço de emissão de R\$1 (um real) cada.

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito é de R\$172.750.000 dividido em 172.750.000 ações ordinárias no valor nominal de R\$1,00 cada.

O capital social da Companhia é composto como se segue:

Quotistas	31/12/2021			31/12/2020		
	Qnt. ações	%	Valor (em reais)	Qnt. ações	%	Valor (em reais)
Cymi Construções e Participações S.A	-	-	-	76.500.500	50,00%	76.500.500
Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	172.750.000	100%	172.750.000	76.500.500	50,00%	76.500.500
Total	172.750.000	100%	172.750.000	153.001.000	100%	153.001.000

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

14. Patrimônio líquido--Continuação

b) Política de dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, após a entrada em operação, sendo 0,01% referente ao dividendo mínimo antes do fato.

	<u>31/12/2021</u>
Lucro societário do exercício	61.030
(-) Reserva legal	(3.052)
	<u>57.978</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	<u>14.495</u>

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d) Reserva de lucros a realizar

A Reserva de Lucros a Realizar, constituída em anos anteriores, em vez de ser revertida para Lucros Acumulados, a partir da alteração da Lei nº 6.404/76 pela Lei nº 10.303/01, passa a ser revertida diretamente para a conta de dividendos a pagar do passivo, quando tiver os lucros nela contidos realizados financeiramente.

15. Receita

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita anual permitida - RAP	144.108	-
Outras receitas	102	-
(-) PIS e Cofins	(13.411)	-
(-) P&D, FNDCT e MME	(1.681)	-
Receita operacional líquida	129.118	-

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

16. Custos gerenciáveis

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Pessoal	(38)	(209)
Material	(173)	(6)
Serviços de terceiros (a)	(9.878)	(242)
Aluguéis	(12)	(34)
Outras despesas	(252)	(42)
Depreciação	(20.944)	-
	<u>(31.297)</u>	<u>(533)</u>

(a) Refere-se substancialmente a serviços de Operação e Manutenção, serviços de assessoria jurídica, assessoria contábil e serviços de telecomunicação.

17. Resultado financeiro

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receitas financeiras	1.734	-
Receita de aplicações financeiras	1.734	-
Despesas financeiras	(100.951)	-
Juros de empréstimos e financiamentos	(27.105)	-
Outras despesas financeiras	(73.846)	-
Resultado financeiro líquido	<u>(99.217)</u>	<u>-</u>

18. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e debitada em resultado é demonstrada como segue:

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

18. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

	31/12/2021		31/12/2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	1.397	1.397	533	533
Despesa de IR e CSLL calculada	(349)	(126)	(133)	(48)
Incentivo Fiscal Sudene	-	-	-	-
(+) Outros	303	101	133	48
Despesa de IR e CS	(46)	(25)	-	-
Total dos tributos correntes	(209)	(83)	-	-
Total dos tributos diferidos	163	58	-	-
Despesa total com tributos	(46)	(25)	-	-
Alíquota Efetiva	5,08%		0,00%	

19. Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia.

a) Gerenciamento de riscos

Visão geral a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- (i) Risco de crédito.
- (ii) Risco de mercado.
- (iii) Risco de liquidez.

Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos--Continuação

O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia.

i) *Riscos de crédito*

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	30.178	27.212
Contas bancárias vinculadas (Nota 7.1)	12.020	-
Aplicação financeira vinculada (Nota 7.2)	18.117	-
Concessionárias e permissionárias (Nota 8)	22.287	-
	<u>82.602</u>	<u>27.212</u>

Caixa e equivalentes de caixa - Representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Ativo de contrato - A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.
- No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos--Continuação

ii) *Risco de mercado*

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2021, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

Instrumentos financeiros por indexador	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras equivalentes de caixa (CDI)	30.164	27.074
Aplicações financeiras vinculada (CDI)	18.117	-
Passivos financeiros		
Financiamento (TJLP)	831.444	695.712

iii) *Riscos de liquidez*

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivo financeiro remanescentes em 31 de dezembro de 2021. Os valores apresentados são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

	Fluxo de caixas contratuais			
	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos
Fornecedores	1.762	1.672	-	-
Financiamentos	831.444	68.510	134.400	1.077.855
Total	833.206	70.182	134.400	1.077.855

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Categorias de instrumentos financeiros

<u>Ativos financeiros</u>	<u>Categoria</u>
Bancos	Custo amortizado
Aplicações financeiras	Valor justo por meio de resultado
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado

<u>Passivos financeiros</u>	<u>Categoria</u>
Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

Classificações contábeis e valores justos

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- Caixa equivalentes de caixa - contas correntes conforme posição dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras.
- Concessionárias e permissionárias - a Administração considera que os saldos contábeis aproximam-se dos seus valores justos.
- Fornecedores - a Administração considera que os saldos contábeis aproximam-se dos seus valores justos.
- Empréstimos e financiamentos - a Companhia considera que os valores justos para os financiamentos existentes no exercício são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

c) Hierarquia do valor justo

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Hierarquia do valor justo--Continuação

- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Descritivo	31/12/2021			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Aplicações financeiras	-	48.282	-	48.282
Total	-	48.282	-	48.282

Descritivo	31/12/2020			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Aplicação financeira	-	27.074	-	27.074
Total	-	27.074	-	27.074

20. Seguros

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

A especificação em 31 de dezembro de 2020 por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Riscos	Data vigência	Importância segurada (R\$ mil)	Prêmio (R\$ mil)
Riscos operacionais	04/02/2021 a 04/02/2022	490.007	260

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

21. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória

Para fins estatutários, a Companhia seguiu as práticas contábeis vigentes na legislação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014. Desta forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas demonstrações financeiras societárias com as apresentadas nas demonstrações contábeis regulatórias.

Balço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

	2021			2020		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	30.178	-	30.178	27.212	-	27.212
Conta bancária vinculada	12.020	-	12.020	-	-	-
Concessionárias e permissionárias	22.287	-	22.287	-	-	-
Impostos a recuperar	4.033	-	4.033	3.029	-	3.029
Outros créditos	216	-	216	171	-	171
Ativo de Contrato	-	61.181	61.181	-	108.759	108.759
	68.734	61.181	129.915	30.412	108.759	139.171
Não circulante						
Aplicação financeira vinculada	18.117	-	18.117	-	-	-
Ativo de Contrato	-	1.671.136	1.671.136	-	1.520.985	1.520.985
Ativo diferido	18.644	(18.644)	-	18.423	(18.423)	-
Imobilizado	894.811	(894.811)	-	896.475	(896.475)	-
Intangível	3.562	(3.562)	-	3.586	(3.586)	-
	935.134	754.119	1.689.253	918.484	602.501	1.520.985
Total do ativo	1.003.868	815.300	1.819.168	948.896	711.260	1.660.156

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

21. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória--Continuação

Balanco patrimonial--Continuação

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	2021			2020		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	1.456	-	1.456	137	-	137
Empréstimos e financiamentos	31.851	-	31.851	8.191	-	8.191
Obrigações fiscais	1.977	-	1.977	284	-	284
Taxas regulamentares	745	-	745	-	-	-
Partes relacionadas	619	-	619	82.128	-	82.128
Dividendos a pagar	14.495	-	14.495	-	-	-
Provisões	305	-	305	1.845	-	1.845
	51.448	-	51.448	92.585	-	92.585
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	799.593	-	799.593	687.521	-	687.521
Pis e cofins diferido	-	160.167	160.167	-	150.752	150.752
IR e CS diferido	-	228.068	228.068	-	195.941	195.941
	799.593	388.235	1.187.828	687.521	346.693	1.034.214
Patrimônio líquido						
Capital social	172.750	-	172.750	153.001	-	153.001
Prejuízos acumulados	(414.469)	414.469	-	(352.039)	352.039	-
Reserva de lucros	394.546	12.596	407.142	367.828	12.528	380.356
	152.827	427.065	579.892	168.790	364.567	533.357
Total patrimônio líquido	152.827	427.065	579.892	168.790	364.567	533.357
Total do passivo e patrimônio líquido	1.003.868	815.300	1.819.168	948.896	711.260	1.660.156

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

21. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória--Continuação

Demonstrações do resultado
Em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

	2021			2020		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional bruta						
Receita anual permitida - RAP	144.108	(144.108)	-	-	-	-
Remuneração do Ativo de Contrato	-	223.771	223.771	-	188.833	188.833
Receita de operação e manutenção	-	5.782	5.782	-	-	-
Receita de Construção - Ativo de Contrato	-	23.284	23.284	-	206.479	206.479
Outras receitas	102	(6.157)	(6.055)	-	-	-
	144.210	102.572	246.782	-	395.312	395.312
Deduções da receita operacional						
PIS e COFINS	(13.411)	(9.416)	(22.827)	-	(36.566)	(36.566)
P&D, FNDCT e MME	(1.681)	-	(1.681)	-	-	-
Receita operacional líquida	129.118	93.156	222.274	-	358.746	358.746
Custo de Construção	-	(14.746)	(14.746)	-	(136.706)	(136.706)
Custo de O&M	-	(3.728)	(3.728)	-	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis	129.118	74.682	203.800	-	222.040	222.040
Custos gerenciáveis parcela "B"						
Pessoal	(38)	-	(38)	(209)	-	(209)
Material	(173)	-	(173)	(6)	-	(6)
Serviços de terceiros	(9.878)	3.728	(6.150)	(242)	-	(242)
Aluguéis	(12)	-	(12)	(34)	-	(34)
Outras despesas	(252)	-	(252)	(42)	-	(42)
Depreciação	(20.944)	20.944	-	-	-	-
	(31.297)	24.672	(6.625)	(533)	-	(533)
Resultado da atividade de concessão	97.821	99.354	197.175	(533)	222.040	221.507
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	1.734	66	1.800	-	1.486	1.486
Despesas financeiras	(100.951)	(4.575)	(105.526)	-	(28.869)	(28.869)
	(99.217)	(4.509)	(103.726)	-	(27.383)	(27.383)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(1.396)	94.845	93.449	(533)	194.657	194.124
Imposto de renda e contribuição social corrente	(293)	-	(293)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	221	(32.348)	(32.127)	9.492	(75.494)	(66.002)
Lucro /Prejuízo) do exercício	(1.468)	62.497	61.030	8.959	119.163	128.122

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

21. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória--Continuação

Ativo de contrato

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Para fins de demonstração financeira societária ressaltamos que com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47/IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passaram a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.
- (ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

21. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória--Continuação

Ativo de contrato--Continuação

- (iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio do fluxo de caixa descritos a seguir:

- Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

Imobilizado e intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47/IFRS15 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47/IFRS15 nas Demonstrações Financeiras Societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato, vide nota de ajuste 17. Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível.

Impostos diferidos e correntes

Conforme detalhado na nota de ajuste 17, os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47/IFRS15 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes. Essa rubrica é composta pelo pis e cofins diferidos e IRPJ e CSLL diferidos e efeitos do imposto corrente sobre a Rap.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

21. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória--Continuação

Patrimônio líquido

	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio líquido societário	579.892	533.357
Efeitos dos ajustes entre a contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de contrato	(1.732.317)	(1.629.744)
Imobilizado e intangível	898.373	900.061
impostos diferidos	406.879	365.116
Patrimônio líquido regulatório	152.827	168.790

O efeito positivo acima demonstrado é decorrente da diferença entre a contabilidade societária x regulatória, decorrente da aplicação do CPC 47/IFRS15 líquido de impostos, reconhecido para fins societário e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Receita e custo de construção

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de construção e indenização e remuneração do ativo de contrato, quando aplicável, decorrentes da aplicação do CPC 47/IFRS15. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão na fase de operação e os efeitos do CPC 47/IFRS15 são desconsiderados.

A composição dos ajustes líquidos produzidos pela aplicação do CPC 47/IFRS15 está demonstrada a seguir:

	2021			2020		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional bruta						
Receita anual permitida (RAP)	144.108	(144.108)	-			
Receita de Construção - Ativo de Contrato	-	-	-	-	206.479	206.479
Remuneração do Ativo de Contrato	-	223.771	223.771	-	188.833	188.833
Receita de operação e manutenção	-	5.782	5.782	-	-	-
Receita de Construção - Ativo de Contrato	-	23.284	23.284	-	-	-
Outras receitas	102	(6.157)	(6.055)	-	-	-
	144.210	102.572	246.782	-	395.312	395.312
Deduções da receita operacional						
PIS e Cofins	(13.411)	(9.416)	(22.827)	-	(36.566)	(36.566)
P&D, FNDCT e MME	(1.681)	-	(1.681)	-	-	-
	(15.092)	(9.416)	(24.508)	-	(36.566)	(36.566)
Receita operacional líquida	129.118	93.156	222.274	-	358.746	358.746
Custo de O&M	-	(3.728)	(3.728)	-	-	-
Custo de Construção	-	(14.746)	(14.746)	-	(136.706)	(136.706)

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

21. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória--Continuação

Depreciação e amortização

Os ajustes nesta rubrica são decorrentes dos custos de depreciação e amortização dos ativos de transmissão, na contabilidade regulatória, considerados como ativos financeiros na contabilidade societária.

Resultado financeiro

A composição dos ajustes líquidos produzidos pela aplicação do CPC 47/IFRS15 e outros está demonstrada a seguir:

- Ajustes do CPC 47/IFRS15
- Encargos sobre empréstimos em empreendimentos em construção

Em 31 de dezembro de 2019 houve ajuste no montante de R\$4.124 referente aos encargos financeiros sobre empréstimos vinculados ao empreendimento em construção. No contexto regulatório são considerados como imobilizado e em contra partida no contexto societário, por força do CPC 47/IFRS15, são considerados ativos de contrato.

As receitas de aplicações financeiras também foram reconhecidas no resultado financeiro para fins societários.

A Companhia encontra-se em fase pré operacional por isso para fins regulatórios esses custos são capitalizados.

Imposto de renda e contribuição social corrente

Para fins regulatórios os ajustes ocorreram, pois, a Companhia encontra-se parte pré-operacional e parte operacional, por isso o valor do imposto corrente reconhecido no resultado foi proporcional a receita de transmissão.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

21. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória--Continuação

Lucro/prejuízo líquido

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucros dos exercícios societários	61.030	128.122
Efeitos dos ajustes entre a contabilidade societária versus regulatória		
Receita	(102.572)	(395.312)
PIS/Cofins	9.416	36.566
Custo de Construção	14.746	136.706
Despesa de depreciação	(20.944)	-
Resultado financeiro	4.509	27.383
IR/CS diferidos	32.347	75.494
Prejuízos dos exercícios regulatórios	(1.468)	8.959

Atualização do ativo de contrato da concessão, Receita de Construção ativo de contrato CPC 47/IFRS15

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de construção e remuneração do ativo de contrato, decorrentes da aplicação do CPC 47/IFRS15. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão eliminando assim os efeitos do CPC 47/IFRS15.

Deduções da receita, PIS e Cofins diferidos

Todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47/IFRS15 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias incluindo os impactos fiscais reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação.

Custos de Construção

Todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47/IFRS15 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias.

Resultado financeiro

Os efeitos do pronunciamento técnico CPC 20, que diz que os custos dos empréstimos não são elegíveis de capitalização foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

21. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes

Todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47/IFRS15 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias incluindo os impactos fiscais reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação.

22. Contingências

A Companhia é parte em demandas cíveis em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos que não identificaram contingências passivas com prognóstico provável de perda, e processos judiciais com prognósticos de perda possível imateriais. No ano de 2021 a Companhia era parte em processos Cíveis cuja probabilidade de perda foi classificada como possível num montante de R\$76 (R\$66 em 2020).